



PODER JUDICIÁRIO  
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

**ATO NORMATIVO Nº 534**

*Aprova o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.*

**O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do artigo 6º do Regimento Interno, bem como o que prevê o art. 55 da Lei Complementar nº 101 (LRF), de 4 de maio de 2000, observadas as prescrições da Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2002, do Ato Normativo STM nº 89, de 28 de maio de 2014 e da Portaria nº 1.233/STN, de 20 de janeiro de 2022.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal, da Justiça Militar da União, referente ao período de janeiro de 2021 a dezembro de 2021.

**Art. 2º** A publicação do Relatório de que trata o art. 1º, deste Ato Normativo, dar-se-á na forma do Anexo Único deste Ato, no qual se encontram o demonstrativo da despesa com pessoal (alínea a do inciso I do art. 55 da LRF), o demonstrativo das disponibilidades de caixa e restos a pagar (alínea a do inciso III do art. 55 da LRF) e do demonstrativo simplificado do Relatório de Gestão Fiscal (art. 48 da LRF).

**Art. 3º** Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex **LUIS CARLOS GOMES MATTOS**

Ministro-Presidente



Documento assinado eletronicamente por **LUIS CARLOS GOMES MATTOS**,  
**MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, em 24/01/2022, às  
15:22 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[http://sei.stm.jus.br/controlador\\_externo.php?](http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#) informando o código verificador





PODER JUDICIÁRIO  
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR  
PRSTM/SECSTM/DORF/PROF/DORF/SEPOF

ANEXO ÚNICO DO ATO NORMATIVO 534

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2021 A DEZEMBRO/2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)	
	LÍQUIDADAS														
	JAN/2021	FEV/2021	MAR/2021	ABR/2021	MAI/2021	JUN/2021	JUL/2021	AGO/2021	SET/2021	OUT/2021	NOV/2021	DEZ/2021			TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	36.156.627,50	36.040.464,00	36.229.934,65	36.454.018,07	35.727.658,23	47.984.440,55	35.226.910,97	35.362.242,57	35.562.486,15	35.855.973,10	54.213.591,13	41.543.532,89	466.357.879,81	7.010.892,47	473.368.772,28
<b>Pessoal Ativo</b>	19.047.343,01	18.651.484,57	18.928.006,07	18.385.159,02	18.140.666,50	22.295.135,58	18.012.697,44	18.217.852,12	18.486.242,37	18.555.130,33	28.685.445,32	24.484.719,98	241.890.182,31	4.080.489,55	245.970.671,86
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	15.839.211,55	15.433.212,35	15.725.428,73	15.197.237,67	14.948.470,47	19.104.149,77	14.827.506,75	15.039.141,94	15.301.278,78	15.382.005,46	22.342.909,00	21.234.893,70	200.375.446,17	4.080.489,55	204.455.935,72
Obrigações Patronais	3.208.131,46	3.218.272,22	3.202.577,34	3.187.921,35	3.192.496,03	3.190.985,81	3.185.190,69	3.178.710,18	3.184.963,59	3.173.124,87	6.342.536,32	3.249.826,28	41.514.736,14	0,00	41.514.736,14
<b>Pessoal Inativo e Pensionistas</b>	17.109.284,49	17.388.979,43	17.301.928,58	18.068.859,05	17.586.991,73	25.689.304,97	17.214.213,53	17.144.390,45	17.076.243,78	17.300.842,77	25.528.145,81	17.058.812,91	224.467.697,50	2.930.402,92	227.398.100,42
Aposentadorias, Reservas e Reformas	10.340.580,79	10.446.299,78	10.399.196,05	11.298.515,06	10.767.850,98	15.520.495,82	10.355.045,46	10.370.814,57	10.382.265,48	10.507.916,91	15.464.399,42	10.253.204,44	136.196.584,76	2.929.127,15	139.125.711,91
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Pessoa Jurídica (§ 1º do art. 18 da LRF)	6.678.703,70	6.942.679,65	6.902.732,53	6.770.343,99	6.818.840,75	10.168.809,15	6.859.188,07	6.773.575,88	6.693.978,30	6.792.925,86	10.063.746,39	6.805.608,47	88.271.112,74	1.275,77	88.272.388,51
<b>Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	6.618,18	7.440,12	82.907,23	3.780,21	69.827,92	4.087,76	17.214.049,29	17.145.119,42	17.076.736,03	17.314.260,11	25.528.638,06	8.679.764,35	103.133.228,68	2.928.044,86	106.061.273,54
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	492,25	492,25	492,25	48.788,51	48.788,51
Despesa de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	821,94	76.289,05	-8.837,97	63.209,74	-2.530,42	-2.646,19	-2.692,64	0,00	0,00	0,00	0,00	144.179,99	0,00	144.179,99
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.210.077,30	17.147.322,81	17.076.243,78	17.313.767,86	25.528.145,81	8.664.702,62	102.940.260,18	2.928.044,86	105.868.305,04
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	36.150.009,32	36.033.023,88	36.147.027,42	36.450.237,86	35.657.830,31	47.980.352,79	18.012.861,68	18.217.123,15	18.485.750,12	18.541.712,99	28.684.953,07	32.863.768,54	363.224.611,13	4.082.847,61	367.307.458,74

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.062.519.047.775,45	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	367.307.498,74	0,034689%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	856.135.347,94	0,800576%
LIMITE PROVISIONAL (VII) = (0,5% a VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	813.328.580,54	0,76547%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,5% a VIII) (inciso II do § 1º do art. 19 da LRF)	770.521.813,14	0,72218%

Notas demonstrativas elaboradas no 1º e 2º quadrantes de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuando a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota: 1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas serão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2. Limite Legal da DMU = 0,080576% e Limite Provisória da DMU = 0,076547% conforme Resolução CNJ nº 177/2013.

<UNIÃO> - <PODER JUDICIÁRIO>  
<JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO>  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2021 A DEZEMBRO/2021

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) <sup>1</sup>	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidadas e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhadados e Não Liquidadas de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a) - (b + c + d + e)	(g)	(h) = (f - g)		
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)</b>	13.965.446,48	102.124,63	29.170,39	699.671,63	206.692,62	13.017.886,41	5.971.463,84	0,00	7.046.422,57
FONTE 127 - CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIÁRIO	4.511.441,92	85.414,42	1.906,73	414.383,25	0,00	4.010.337,52	2.188.484,34	0,00	1.821.853,18
FONTE 150 - REC. PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICAC.	4.690.964,61	0,00	0,00	0,00	0,00	4.690.964,61	43.470,59	0,00	4.647.494,02
FONTE 151 - RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	1.123.534,70	664,97	16.149,14	112.498,88	0,00	994.221,71	811.462,05	0,00	182.759,66
FONTE 153 - REC. DEST. AS ATIVIDADES-FINS SEGURIDADE	133.227,93	12,00	0,00	0,00	0,00	133.515,93	0,00	0,00	133.515,93
FONTE 156 - CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL	2.921.476,37	0,00	2.928,63	0,00	0,00	2.918.547,74	2.686.757,82	0,00	231.789,92
FONTE 169 - CONTRIB. PATRONAL P. PLANO DE SEGURID. SC	373.569,18	16.033,14	8.785,89	82.789,50	-4.338,25	270.298,90	241.287,04	0,00	29.011,86
FONTE 190 - RECURSOS DIVERSOS	210.930,77	0,00	0,00	0,00	0,00	210.930,77	0,00	0,00	210.930,77
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	53.890.195,04	65.183,80	303.561,27	9.003.914,62	8.558,63	44.508.976,72	27.858.762,72	0,00	16.650.214,00
FONTE 100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	53.890.195,04	65.183,80	303.561,27	9.003.914,62	8.558,63	44.508.976,72	27.858.762,72	0,00	16.650.214,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	67.855.641,92	167.308,43	332.731,66	9.613.886,25	216.151,18	57.526.863,13	33.830.226,56	0,00	23.696.636,57

Nota: 1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2021 A DEZEMBRO/2021

Anexo VII - LRF, art. 48				R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA				R\$ 1.062.519.047.775,45
RECEITA CORRENTE LIQUIDA				
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL	
Despesa Total com Pessoal - DTP		367.307.498,74	0,034689%	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <I>		856.135.347,94	0,800576%	
Limite Provisória (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <II>		813.328.580,54	0,76547%	
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 19 da LRF) - <III>		770.521.813,14	0,72218%	
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL	
Dívida Consolidada Líquida				
Limite Definido por Resolução do Senado Federal				
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL	
Total das Garantias Concedidas				
Limite Definido por Resolução do Senado Federal				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL	
Operações de Crédito Internas e Externas				
Operações de Crédito por Antecipação da Receita				
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas				
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita				
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor Total		33.830.226,56	57.526.863,13	

FONTE: Tesouro Gerencial, Justiça Militar da União, 10/01/2022, 16h00min.

Gen Ex **LUIS CARLOS GOMES MATTOS**  
Ministro-Presidente

**JOSÉ CARLOS NADER MOTTA**  
Diretor-Geral

**AFONSO IVAN MACHADO**  
Diretor de Orçamento e Finanças

**ROGERS GONCALVES VELLOSO DE ASSIS**  
Secretário de Auditoria Interna



Documento assinado eletronicamente por **ROGERS GONCALVES VELLOSO DE ASSIS, SECRETÁRIO DE AUDITORIA INTERNA**, em 21/01/2022, às 15:49 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **AFONSO IVAN MACHADO, DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**, em 21/01/2022, às 16:41 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ CARLOS NADER MOTTA, DIRETOR-GERAL**, em 24/01/2022, às 15:14 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUIS CARLOS GOMES MATTOS, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, em 24/01/2022, às 15:22 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[http://sei.stm.jus.br/controlador\\_externo.php?](http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador

**2493661** e o código CRC **8480CD0C**.

2493661v6

Sector de Antarquias Sul, Quadra 01 Edifício-Sede, Bloco B - CEP 70098-900 - Brasília - DF - <http://www.stm.jus.br/>